

1 **SECRETARIA DA MULHER E IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA - SEMIPI**

2 **ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DE OUTUBRO/2023**

3 **CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DO IDOSO**

4 **25/10/2023 CEDI/PR**

5
6 Ao vigésimo quinto dia do mês de outubro de 2023, às 09h15, na sala de Gestão do
7 Palácio das Araucárias, à rua Jacy Loureiro de Campo, s/nº, 7º andar – bairro Centro
8 Cívico, em Curitiba-PR, foi dado início a Assembléia Ordinária do Conselho Estadual dos
9 Direitos do Idoso – CEDI/PR, para qual os Conselheiros foram previamente convocados.

10 No horário pré-determinado, o Presidente Jorge Nei Neves solicitou em primeira chamada
11 à apresentação dos Conselheiros presentes: Jorge Nei Neves (ASFAPIN), Mônica Pereira
12 de Freitas (ASP), Maria Regina Topan (ASP), Célia de Jesus Souza Messias de Paula
13 (ISCMC), Bernadete Dal Molin Schenatto (IAPPESP), Maria Lourdes Menon Schram
14 (Provopar Cascavel), Adrianis Galdino da Silva Junior (CRESS/PR), Lysandra (CEGEN),
15 Terezinha Correa Maciel Barbosa (API), Laura de Azevedo Coutinho (API), Thais Caroline
16 Larini Presense Lisboa (Asilo São Vicente de Paulo de Mandaguari), Marcos Aparecido
17 Juncker (Pastoral da Pessoa Idosa), João Edison Miranda (SETR), Kamila Conte Kunz
18 (SECID), Lucimeri Sampaio Bezerra (COHAPAR), José Maia (SETI), Jaqueline Inês
19 Koloda Moletta (SEED), Sibebe Lustosa de Camargo Vicki (SEFA), Adriana Santos de
20 Oliveira (SEMIPI), Giziane Maria Rodrigues (SEMIPI), Dirce Jastale (SEAP), Pedro Ernesto
21 Souto Giacometti (SEAP). **Colaboradores/Convidados:** Secretária Leandre (SEMIPI),

22 Joceli (SUDIS), Rosana Beraldi Bevervanço (MPPR/CAOPIPCD), Rosangela Schmidt
23 (Fórum Paranaense de Educação de Jovens e Adultos), Maria Adelaide Mazza (Fórum
24 Paranaense de Educação de Jovens e Adultos), Adalza Gomes da Silva, Fabíola Lago
25 (CPPI/SEMIPI), Vera Lúcia Ortega Lutke (CPPI/SEMIPI), Viviane Maria Allein
26 (CPPI/SEMIPI), Renata Gomes Teodoro (CPPI/SEMIPI), Brenda Follador (CPPI/SEMIPI).

27 Nancy Shen (CPPI/SEMIPI) Secretária Executiva “ad hoc”. **1. Abertura:** Presidente Jorge

28 inicia dando as boas vindas. **2. Aprovação da Pauta:** Pauta aprovada. **3. Aprovações**

29 **das atas:** Atas encaminhadas para aprovação do mês de agosto reunião ordinária e
30 extraordinária de 31/08. Atas aprovadas. **4. Informes da Mesa Diretora do CEDI/PR. 4.1**

31 **29/09 à 01/10 expoforum São Paulo.** Presidente e a vice-presidente estiveram no evento.

32 **4.2 Evento alusivo** ao Dia Nacional e Internacional da pessoa idosa. Em Ponta grossa e
33 participação na reunião do conselho do município. **4.3 Cidade Amiga da Pessoa Idosa**

34 em Londrina dia 05/10 esteve presente também a secretaria leandre dal ponte o município
35 de londrina recebeu certificação OPAS/OMS cidade amiga da pessoa idosa. **4.4**

36 **Guarapuava** Encontro Estadual de Coordenadores e Liderança da pastoral da pessoa

37 idosa. **4.5 10º congresso internacional de envelhecimento humano** em João Pessoa
38 PB de 08/10 à 10/10. Em julho na reunião em Cornélio Procópio já havia anunciado esse
39 evento e compartilhado link do evento. **4.6 Foz do Iguaçu** em 19/10 recebemos convite do
40 presidente Sergio orientações ao município quanto deliberações em que o município foi
41 contemplado. **21/10 Maripá** 3º congresso miss e mister 3º idade fortalecimento das
42 políticas para a pessoa idosa. **4.7 Convite Evento Mulheres contadoras** Secretaria
43 leandre no dia de ontem fez um convite para o evento das mulheres contadoras do Paraná.
44 **4.8 Convite Chile** recebido nominal para Jorge e secretaria para estarem dia 21 e 22 de
45 novembro na pontifícia universidade católica no Santiago no Chile para falar sobre o
46 controle social. Conselheiro Adrianis pede a palavra e sugere a participação neste evento a
47 participação da mesa diretiva o presidente e vice-presidente. **4.9 Fórum Nacional**
48 **Permanente da sociedade civil** em Brasília. O presidente pergunta se o colegiado
49 referenda a participação da conselheira Bernadete e do presidente Jorge no fórum
50 nacional e se há algum conselheiro ou conselheira gostaria de participar? Vai ser nos dias
51 19, 20 e 21. Presidente passa palavra para colaboradora Adelaide explicar sobre a
52 participação no fórum. Sobre o evento todos os anos tem uma data fixa 17, 18 e 19 de
53 novembro como 19 de novembro nesse ano é no domingo vai ser 19,20 e 21. No dia 19 vai
54 ser uma manifestação pública no eixão norte, nos dias 20 e 21 o dia todo no auditório e 21
55 vai ser uma conversa será com o deputado Aliel de Ponta Grossa, senador Paulo Paim, e
56 outros deputados. Presidente agradece a fala da conselheira Bernadete e passa a palavra
57 para a vice-presidente Adriana onde ela reforça a necessidade de ter um documento do
58 CNDPI dando um posicionamento sobre à Conferencia da PPI, devido aos pedidos dos
59 municípios. Se haverá conferencia para 2024. Conselheira irá conversar com o presidente
60 nacional sobre essa informação. **5. Informes da Gestão. 5.1 Evento 20º Jornada de**
61 **agroecologia** em 22 à 26 de novembro na utfpr. Seria importante a participação dos
62 conselheiros nesse evento. Vice-presidente pergunta se alguém poderia participar?
63 Conselheiros participarão no evento: Marcos, Terezinha e Maria Lourdes. **5.2 Expo fórum**
64 **SP** participação significativa. **5.3 28/10 encontro paranaense das unatis.** vice-presidente
65 fez uma palestra. **5.4 3/10 abertura do mes da pessoa idosa** governador assinou a lei do
66 transporte intermunicipal e as empresas de onibus tem 90 dias para adequação. **5.5**
67 **SEBRAE** encontros planejamento estratégico com a equipe primeiro foi dia 09/10. **5.6**
68 **curso smartphone** em Maringa dia 17 à 19/10. Vice-presidente passa a palavra a
69 Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa Leandre Dal Ponte. A
70 secretaria cumprimenta à todos e todas fala sobre a participação no evento dia 03/10
71 agradecendo a participação e parceria de todos também na organização e mobilização.
72 Falou sobre a vitoria do conselho na sanção da lei de gratuidade do transporte
73 intermunicipal. Agradecendo o apoio do conselho. Agradecendo também ao CEDI pela
74 deliberação do programa viaja 60 +. Criação da central judicial da pessoa idosa, vai ser
75 feito um piloto no estado. Campanha do FIPAR com videos e foders. Vice-presidente
76 Adriana retoma seus informes. **5.7 17/10 entrevista Rictv** sobre direito a pensão para

77 pessoa idosa. **5.8 Encontro paranaense 60+ SESC** representando a secretaria neste
78 evento dia 18/10. Ação realizada duas vezes ao ano. **5.9 30 e 31/10 CEDIVIDA** varias
79 palestras e dia 31/10 sera encerramento do parana rosa em ação. Vice-presidente Adriana
80 finaliza os informes e relata sobre as deliberações 019 e 024 que a esta sendo feito
81 mobilização da equipe para adesão 346 municípios para adesão. Sem mais a vice-
82 presidente agradece e finaliza sua fala passando a palavra ao presidente Jorge. Devido ao
83 afastamento por questões de saúde da secretaria executiva Cristina a técnica da CPPI
84 Nancy está como secretária executiva “*ad hoc*”. Presidente passa a palavra ao
85 conselheiros Adrianis, Lucimeri e prof^o Maia para dar o relato sobre a reunião presencial
86 da comissão do monitoramento e avaliação referente aos protocolos. Conselheira Lucimeri
87 faz o relato que em 18/10 existia um processo físico com muitas paginas pois não tinha
88 digital. Processo trata da entidade asilo São Vicente de Paulo. Presidente pede aprovação
89 da suspensão da reunião pela parte da manhã retornando às 13h30. Ao vigésimo quinto
90 dia do mês de outubro de 2023, às 13h30, na sala de Gestão do Palácio das Araucárias, à
91 rua Jacy Loureiro de Campo, s/nº, 7º andar – bairro Centro Cívico, em Curitiba-PR, foi
92 dado início a Assembléia Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso –
93 CEDI/PR, para qual os Conselheiros foram previamente convocados. No horário pré-
94 determinado, o Presidente Jorge Nei Neves solicitou em primeira chamada à apresentação
95 dos Conselheiros presentes: Jorge Nei Neves (ASFAPIN), Mônica Pereira de Freitas
96 (ASP), Maria Regina Topan (ASP), Célia de Jesus Souza Messias de Paula (ISCMC),
97 Bernadete Dal Molin Schenatto (IAPPESP), Maria Lourdes Menon Schram (Provopar
98 Cascavel), Adrianis Galdino da Silva Junior (CRESS/PR), Lysandra (CEGEN), Terezinha
99 Correa Maciel Barbosa (API), Laura de Azevedo Coutinho (API), Thais Caroline Larini
100 Presense Lisboa (Asilo São Vicente de Paulo de Mandaguari), Marcos Aparecido Juncker
101 (Pastoral da Pessoa Idosa), João Edison Miranda (SETR), Kamila Conte Kunz (SECID),
102 Lucimeri Sampaio Bezerra (COHAPAR), José Maia (SETI), Jaqueline Inês Koloda Moletta
103 (SEED), Sibeles Lustosa de Camargo Vicki (SEFA), Adriana Santos de Oliveira (SEMIPI),
104 Giziane Maria Rodrigues (SEMIPI), Dirce Jastale (SEAP), Pedro Ernesto Souto Giacometti
105 (SEAP). **Colaboradores/Convidados:** Rosana Beraldi Bevervanço (MPPR/CAOIPCD),
106 Rosângela Schmidt (Fórum Paranaense de Educação de Jovens e Adultos), Maria
107 Adelaide Mazza (Fórum Paranaense de Educação de Jovens e Adultos), Adalza Gomes
108 da Silva, Fabíola Lago (CPPI/SEMIPI), Vera Lúcia Ortega Lutke (CPPI/SEMIPI), Viviane
109 Maria Allein (CPPI/SEMIPI), Renata Gomes Teodoro (CPPI/SEMIPI), Brenda Follador
110 (CPPI/SEMIPI). **Abertura:** Após cumprimentar a todos o Presidente Jorge apresenta uma
111 situação ao colegiado referente ao exercício de seu mandato. E relata que dependendo do
112 entendimento do colegiado da sociedade civil, haverá um momento só deles. O Presidente
113 relata que há mais de 20 anos atua na área da educação é servidor público do estado do
114 Paraná na Secretaria de Estado da Educação (SEED). Sendo dois vínculos de 20 horas,
115 totalizando 40 horas. E diante de várias circunstâncias inclusive de saúde, ele solicitou a
116 SEED uma dispensa funcional, benefício integral da previdência, tendo em vista diante das

117 dificuldades que estava tendo com as atividades do governo, do conselho e profissionais.
118 Ele abriu protocolo dentro da SEED, para verificar a viabilidade. Houve uma conversa com
119 o Secretário da Educação, a época diretora da educação. Já tinha conversado
120 anteriormente sobre essas questões de saúde e a conselheira Dirce (SEAP) fez uma
121 orientação de procurar o setor responsável da SEED. Dentro das questões legais não
122 havia uma condição legal de ser desvinculado para estar a disposição do conselho, sem
123 ter algum vínculo, de estar sob a tutela de alguma secretaria. Com a dispensa funcional da
124 SEED houve perdas, pois quando se aposenta ou sai do exercício se perdem alguns
125 adicionais que não fazem parte do salário, como o adicional noturno, auxílio transporte,
126 auxílio gratificação. Sendo assim houve uma designação da SEED para a SEMIPI que
127 fizesse esse novo acolhimento, em entendimento para a Secretária Leandre e do Diretor
128 Geral é um acolhimento funcional e que continuaria fazendo a representação da sociedade
129 civil pela entidade São Francisco de Assis, não havendo a necessidade de nenhuma
130 função de gestão e não sendo este o objetivo. Para o entendimento da Secretária um
131 fortalecimento do controle social, do conselho e das atividades que o CEDI vem
132 demandando ao longo dos últimos tempos. Sendo assim ele encontra-se nessa situação,
133 acolhido na SEMIPI, mas sem designar função, pois não é esse o objetivo. E sim para que
134 fosse exclusivamente para o exercício da presidência sem a interferência. Sendo assim ele
135 apresentou a situação ao colegiado e coloca a aqueles que quiserem fazer o uso da
136 palavra, para fazer a inscrição. Os conselheiros Adrianis e Marcos se inscrevem. E se
137 houver o entendimento que se deva ser resolvido no âmbito da sociedade civil será
138 resolvido. O conselheiro Marcos questiona o Presidente Jorge desde quando começou o
139 tramite. O presidente responde que foi no final de setembro iniciou a tramitação e no início
140 de outubro saiu a sua nomeação, mas a partir de 28 de setembro. O conselheiro Adrianis
141 solicita a palavra e diz que por questão de ordem não deve ser tratada com o segmento
142 governamental, portanto solicita o recesso da reunião do CEDI e somente a sociedade civil
143 se reunirem e discutirem, pois não seria um assunto devido ao governo. Sendo assim
144 ocorre o recesso da reunião, o Presidente Jorge solicita as colaboradoras Maria Adelaide e
145 Rosângela permanecerem na reunião. A conselheira Bernadete solicita um novo
146 encaminhamento, que se termine a reunião para que o trabalho das comissões não seja
147 prejudicado e após isso a sociedade civil se reunirem. A conselheira Célia solicita ao
148 Presidente Jorge esclarecimentos sobre a situação que ele explanou. Ele explica que é
149 um servidor estatutário da SEED e pode ser que no entendimento da sociedade civil
150 pensar que haja um conflito de interesse e esta situação pode comprometer a sua
151 presidência e se for do entendimento da sociedade civil ser afastado caso precise. O
152 Presidente Jorge explica que é um servidor estatutário da SEED e foi determinado pela
153 SEED o afastamento, mas ele teria que ser acolhido em algum lugar. E como a política da
154 pessoa idosa e o conselho esta na SEMIPI, foi nesta secretaria (SEMIPI) o acolhimento.
155 Sem ter perdas salariais e ter a disponibilidade integral para o exercício da presidência do
156 conselho, sem haver nenhuma interferência e continua fazendo as atribuições na ILPI que

157 representa. Explica que não tem nenhum vínculo de ponto e está exclusivamente ao
158 trabalho do conselho. Relata que este é o entendimento da secretária, que diante de tantas
159 demandas e para fortalecer o conselho houvesse essa dedicação exclusiva. A
160 Conselheira Bernadete relata que é uma situação inusitada e questiona se o Presidente
161 Jorge continua sendo funcionário do governo e ele confirma. Questiona também se não é
162 conselheiro indicado pela SEED e a resposta é não. A conselheira Bernadete relata que
163 quando foi presidente do conselho queriam que ela ficasse a disposição da SEED , pois a
164 pauta era grande, mas naquele momento o entendimento é que como servidora de um
165 departamento teria que fazer concomitante. E acha bom que houve esse avanço neste
166 sentido. Diz que fica na dúvida e se deve munir de análises legais para não ser injusta
167 como, Ministério Público, jurídico, terá que pontuar. Para a conselheira continua igual e fica
168 na dúvida em qual secretaria ele ficaria para não perder o concurso. Que de sua parte teria
169 que agir com muita parcimônia para analisar esta situação. Buscar outras informações e a
170 parte legal e depois se reunir após a plenária. Diz que o professor sempre foi
171 representante da sociedade civil, quem não pode é quem já estava nas secretarias e que
172 era o conselheiro nas secretarias. O conselheiro Adrianis, diz que há umas questões que
173 precisam analisar. Diz ao Presidente Jorge a designação do decreto 1.574 como
174 conselheiro se deu não porque era professor da SEED e sim representante da Associação
175 São Francisco de Assis, o vínculo de funcionário público da SEED caso fosse nomeado na
176 SEED seria governo. O decreto nº 3.658 retroativo de 28/09 diz, “Ficam nomeados de
177 acordo com III do art. 24, da Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970 e designados, de
178 acordo com art. 4º da Lei nº17. 744, de 30 de outubro de 2013, para exercerem cargos em
179 comissão e função de gestão pública, da Secretaria da Mulher, Igualdade Social e Pessoa
180 Idosa.” Diz que a designação original do Jorge pela sociedade civil segundo o artigo 39 da
181 lei de criação do conselho e do artigo 38 regimento, só se deu por um motivo. Que ele
182 tinha uma representação que excedia a função pública. Ainda da tal que revestida de
183 funcionário público, mas não do exercício dela no conselho. Que todos sabem que há dois
184 segmentos no conselho governo e sociedade civil. E diz que o decreto é objetivo, que ele
185 passa a ocupar um cargo em função e designa a sua função, FGP-12. Um cargo de
186 confiança de uma secretaria a qual o conselho está alocado. E a sociedade civil está
187 dizendo que a eleição da sociedade civil se dá em fórum particular, coordenada por uma
188 comissão eleitoral. E com a sua saída da SEED e a troca de secretaria é uma questão do
189 funcionário público e não do conselheiro, porque sua designação é pela Associação São
190 Francisco de Assis (ASFAPIN). Que a cadeira não é dele e sim da Associação (ASFAPIN).
191 Cabe neste momento acionar a Associação em que é representante e solicitar uma nova
192 indicação. Porque no uso do cargo de confiança na SEMIPI há conflito direto de interesses.
193 Não podendo exercer função de presidente e nem de conselheiro a não ser que volte como
194 professor. Falando aos conselheiros que esse é um entendimento da lei. Frisa ao
195 Presidente Jorge que não está fazendo nenhuma defesa acerca de incapacidade pelo
196 contrário, acha ele muito capaz para a função. Só que se chamar o Ministério Público já

197 tem o parecer a partir da Lei de Criação e simplesmente pela designação da sociedade
198 civil. A colaboradora Adelaide questiona o Presidente Jorge se era esta a questão que foi
199 mencionada no início da reunião. O Presidente Jorge explica que para a transição da
200 SEED para a SEMIPI houve uma indicação de uma FGP-12 sendo a menor da tabela,
201 justamente para cobrir os vencimentos das perdas que teve com a saída da SEED, sendo
202 neste sentido e para ter essa vinculação com a SEMIPI. A colaboradora Adelaide relata
203 que há várias pessoas no sindicato que são liberadas pelo sindicato e que recebem pelo
204 governo do estado. Não sendo seu caso, pois é aposentada. E questiona por que impediria
205 de estar no conselho. Em seu entendimento o Presidente Jorge pediu uma confirmação de
206 sua Associação para que continue do cargo. E que na verdade não há conflito de
207 interesse. Na APP Sindicato perdem-se tudo, que há pessoas que ficam paradas anos e
208 que quando voltam, fazem 2 gestões sendo 8 anos e não tem nenhum tipo de elevação. E
209 que a SEMIPI fez isso para não haver perdas. E a outra opção se caso desejar continuar e
210 para que não haja conflitos, abrir mão da FGP que no seu entendimento deve ser pouco.
211 Diz que as gratificações do estado para os professores são as piores possíveis e conversar
212 com o Ministério público para verificar se é correto ou não. A conselheira Terezinha relata
213 que neste entendimento legal do qual o conselheiro Adrianis relata não vai para o lado da
214 competência e seriedade do Presidente Jorge que não mistura. A FGP não vai mudar em
215 nada e concorda com a colaboradora Adelaide sobre a entidade e diz que deve
216 permanecer. A conselheira Maria Lourdes reforça as palavras da conselheira Terezinha,
217 competência, respeito sempre estiveram presente em todas as reuniões. E se entidade
218 mantiver a indicação, por sua parte o Presidente Jorge fica. E verificar com a Dra. Rosana
219 sobre a posição correta. O Presidente Jorge agradece a todas as manifestações
220 colocadas. E diz que precisa então de uma avaliação legal, jurídica com o
221 acompanhamento do Ministério Público. E se houver este entendimento, no final haja
222 alguma ilegalidade, não tem problema nenhum, pois nunca precisou de cargo público,
223 indicação política, que todas as suas conquistas foram por próprio mérito. E não tem
224 nenhum problema em voltar à sala de aula e continua com suas atividades no conselho,
225 que foi Presidente do conselho de 2019 a 2021 e vice-presidente por mais dois anos. E
226 que não pediu o cargo para a Secretária Leandre, deixando claro que não precisa do cargo
227 e se chegou até ele é porque houve o entendimento que ele merecia e o conselho
228 precisava desta atenção especial dele neste momento. Se precisar encaminhar uma
229 exoneração ao DG da secretaria não há problema nenhum. Se for constatada esta
230 irregularidade, ilegalidade deixa bem claro o seu registro que não é uso de má fé este
231 colegiado. Todos conhecem sua trajetória sobre a sua transparência em todos os sentidos
232 e aspectos. E caso tiver que abrir mão continua como conselheiro. O conselheiro Adrianis
233 fala que não se trata de juízo de valor moral, porque a cerca de pessoa não se pode dizer
234 nada. Pois a relação é institucional, tem que ficar muito claro quando se tem demanda
235 sobre o conselho de direitos. Relata que soube da situação porque lê o Diário Oficial por
236 conta de ser Vice-Presidente em outra mesa e tem por ofício ler o diário ofício. E diz para

237 os conselheiros que o conflito de interesse está em pauta em uma única questão, ele
238 aceitou uma função em uma secretaria onde para ser membro ele abriu mão de ser
239 sociedade civil. Que ninguém tem auto liberação no estado para nada. Tanto que o próprio
240 Jorge diz que se for necessário pede exoneração. E volta para sua função. E que neste
241 momento ele é um cargo da SEMIPI e não sendo sociedade civil e que sua instituição deve
242 notificar o Cedi da substituição e sugere que a partir disso solicitar diligência do MP,
243 mandando cópia do ato da nomeação, nomeação para conselheiro, da representação em
244 que o conselheiro estava e o decreto que nomeou para a função pública excedendo o seu
245 cargo original que é de professor. Este é o conflito plantado. E sugere que a Vice-
246 Presidente Adriana assuma a direção da reunião até o final porque está sendo plantada
247 uma situação que qualquer um pode pedir vistas de qualquer tema. E que a Adriana
248 assuma a coordenação até ter um parecer fechado do MP sob pena dos atos ocorridos
249 nesta reunião serem totalmente revogados. A colaboradora Adelaide diz que seu
250 entendimento é diferente e também da colaboradora Rosangela como advogada não existe
251 conflito. E que qualquer pessoa que o conheça a tempo tenha algum tipo de pensamento
252 que seja contrário a sua formação moral e que é uma pessoa capaz e correta. A
253 conselheira Mônica diz o seu direcionamento técnico e relato que o que foi dito pelo
254 conselheiro Adrianis está correto, para ter um respaldo e tudo o que foi decidido no dia de
255 hoje não ter implicações como conselho por conta desta questão. Existe uma duplicidade
256 de direcionamento, não podendo representar dois segmentos ao mesmo tempo (sociedade
257 civil e governamental). E partilha com os conselheiros que não é pessoal e o conselho
258 estar legalmente amparado, comprometendo todos os direcionamentos feitos até o
259 momento. A conselheira Bernadete diz que precisa de esclarecimentos, mudou locais de
260 atividades, mas o Presidente Jorge continua com o vínculo de professor. Verificação da
261 administração pública, MP, entendimento jurídico do estado por ser um caso pontual e a
262 primeira vez que acontece no conselho. Buscar o MP em primeiro momento se munir de
263 documentos e marcar uma extraordinária da sociedade civil com os documentos em mãos
264 para tomar decisão. Pois podem estar destituindo agora incorrendo talvez um grande erro
265 e relata que quem vem do serviço público quando se tem dúvidas não se deve avançar. O
266 Presidente Jorge sugere retomar os trabalhos sob a condução da Vice-Presidente Adriana
267 e continuará acompanhando os trabalhos e que irá tomar as providências necessárias até
268 por própria segurança para não ser questionado legalmente. E a partir deste momento irá
269 fazer as consultas necessárias para não atrapalhar o andamento da plenária. A Vice-
270 Presidente Adriana irá fazer a condução dos trabalhos. Ela questiona aos conselheiros
271 qual o encaminhamento foi tomado para dar continuidade. O conselheiro Adrianis relata
272 que diante da situação irá se municiar de documentos e encaminhar para o MP para uma
273 consulta a cerca da situação do conselheiro Jorge em face da nomeação dele. Será
274 enviado um ofício de nomeação de para conselheiro, decreto 1.514 que dá posse aos
275 conselheiros, decreto de nomeação para cargo na SEMIPI, regimento interno, lei de
276 criação do Cedi, para o MP fazer as devidas apreciações. Em face disso se encaminhou

277 que hoje a presidência esteja sobre a jurisprudência da Adriana para se depender do
278 parecer nenhum dos do Cedi hoje percam a validade, pois tem questão jurídica que
279 precisam preservar o conselho. A Vice-Presidente Adriana questiona sobre o que foi
280 deliberado no período da manhã e o conselheiro Adrianis responde que terá que esperar.
281 Se houver posicionamento contrário terá que achar uma posição jurídica acessível à
282 situação. A Vice-Presidente agradece o conselheiro e relata até que venha o retorno do
283 MP ela assume a presidência. A conselheira Célia pede a palavra e explana aos
284 conselheiros governamentais que o Presidente Jorge trouxe a questão de transição dele,
285 afastamento da função atual e que agora está pela SEMIPI. Irá ser feito a consulta ao MP,
286 pois no entendimento da sociedade como ele está vinculado a uma secretaria. Sendo que
287 ele entrou como sociedade civil por uma OSC e hoje ele está vinculado a uma secretaria e
288 o entendimento é que agora ele é governamental. Dando sequencia na reunião com o
289 relato das comissões. **7. Relato das comissões permanentes. 7.1 Comissão de**
290 **orçamento financiamento e fundo 4 – Pauta Permanente - Acompanhamento e**
291 **pendências de reuniões anteriores: 4.1– Relatório e balancete FIPAR. Relato:**
292 Apresentação pela técnica Giziane, responsável pela Gestão de Fundos, referente ao
293 balancete 09/2023. Tendo em vista a Deliberação nº 16/2023 que aprova recursos para
294 materiais de divulgação em prol da população idosa, a comissão sugere resgatar os
295 protocolados nº 16.791.257-5 e 17.412.615-1 referente material gráfico para reunião e
296 encaminhamentos. **Parecer da Comissão: Ciente e aprovado o encaminhamento para**
297 **acompanhamento da execução dos recursos. Parecer do CEDI: Aprovado parecer da**
298 **comissão. 4.1 – Ofício nº31/2023 – Solicitação de Informações da Associação São**
299 **Roque e destinação dos “Equipamentos” adquiridos com o termo de Fomento**
300 **Deliberação nº001/2017 CEDI/PR e Deliberação 16/2022 CEDI/PR. Relato:** A
301 coordenação solicitou a Gestão de Fundos, informações sobre a execução dos repasses
302 efetuados ao município. No despacho nº032/2023-NFS/SEMIPI, relata que os pagamentos
303 do cofinanciamento modalidade Fundo à Fundo da Deliberação nº001/2017 e nº016/2022
304 foram realizadas ao município de Tamarana, e que a prerrogativa de repasse fica ao órgão
305 gestor municipal, embora a deliberação nº016/2022 defina que a instituição contemplada
306 neste município é o Asilo São Roque. A Deliberação nº001/2017, o município repassou ao
307 Asilo São Roque, através de termo de fomento R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), sendo
308 que foi devolvido ao fundo o saldo de rendimento de R\$3.320,87, a prestação de contas foi
309 encerrada pelas áreas técnicas sem ressalvas. A Deliberação nº016/2023 repassada ao
310 município em 29/11/2022 no valor de R\$14.000,00 e conforme extrato bancário em
311 13/04/2023 para o Asilo São Roque, a deliberação está em curso. A Comissão sugere a
312 consulta ao Marco Regulatório, Lei 13.019/2014, no que diz respeito a devolução dos
313 equipamentos, pois está previsto o repasse dos bens adquiridos para entidade análoga
314 sem fins lucrativos ou para o Órgão Gestor, para uso da população idosa. **Parecer da**
315 **Comissão: Encaminhar ofício à instituição com orientações, inclusive para**
316 **deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Tamarana.**

317 **Parecer do CEDI: Aprovado. 4.2 – Protocolo 20.613.299-0 – Solicitação de recurso**
318 **para reforma do Centro de Convivência dos Idosos Alfredo Augusto Butzke do**
319 **município de Missal; Relato:** Ofício nº135/2023 do município de Missal solicitou ao
320 deputado estadual Matheus Vermelho, por emenda, o valor de R\$200.000,00(duzentos mil
321 reais), para reformas no Centro de Convivência. O gabinete do deputado através do ofício
322 111/2023, enviou a Secretaria de Desenvolvimento Social e Família – Sedef, a demanda
323 do município. A informação técnica nº46/2023 – DPSB/CPAS/SEDEF, informa em seu teor
324 “Não há disponibilidade orçamentária e financeira para atender à solicitação conforme
325 especificada pelo município” e encaminha a Secretaria de Estado da Mulher e Igualdade
326 Racial e Pessoa Idosa-SEMIPI, por dispor sobre a organização administrativa básica
327 referente a política da Pessoa Idosa, conforme a mesma foi encaminhado pela Divisão de
328 Proteção Social Básica. A coordenação informa sobre a Deliberação nº013/2020 do Banco
329 de Projetos do FIPAR, que estabelece as condições e regulamenta critérios de
330 participação. A comissão sugere o encaminhamento do protocolado para a Coordenação
331 da Política da Pessoa Idosa para providenciar a Informação Técnica. Tendo em vista que o
332 município em questão não possui ARCPF, pois não tem Fundo e Plano Municipal do
333 Direitos da Pessoa Idosa, sugerimos que o conselheiro da região acompanhe a
334 coordenação técnica na visita para instrumentalizar a implantação do ARCPF. **Parecer da**
335 **Comissão: Aprovado o encaminhamento. Parecer do CEDI: Aprovado com indicação**
336 **da conselheira Bernadete xxxxxx, da região para acompanhar a coordenação técnica**
337 **na visita. 4.3 – Protocolo 20.943.194-7 – Trata de uma parceria para a construção de**
338 **um Centro de Acolhimento Institucional ao Idoso, no município de Iporã, serviço**
339 **este prestado pela Proteção Social Especial de Alta Complexidade; Relato:** A
340 coordenação informa a Deliberação nº013/2020 do Banco de Projetos do FIPAR, que
341 estabelece as condições e regulamenta critérios de participação. A comissão sugere o
342 encaminhamento do protocolado para a Coordenação da Política da Pessoa Idosa para
343 providenciar a Informação Técnica. **Parecer da Comissão: Aprovado o**
344 **encaminhamento. Parecer do CEDI: Aprovado. 7.2 Comissão de Políticas Públicas e**
345 **Comunicação; 2 - Pauta Permanente - Acompanhamento e pendências de reuniões**
346 **anteriores: 2.1 – Acompanhamento do processo da implantação da Delegacia do**
347 **Idoso. Protocolo Nº 15.960.134-0. Relato:** O protocolado está na estante do CEDI. Trata-
348 se do protocolo 15.960.134-0 ref. a Delegacia do Idoso, envio do Ofício 092/2021 de fls. nº
349 55 e o Ofício 128/2021 de fls. nº 56, solicitando à Comissão de Defesa da Pessoa Idosa
350 (CEPI) agenda para tratar sobre o referido tema. Às fls. nº 57, Ofício 002/2022 a qual
351 solicita agenda para a realização de audiência pública com o Senhor Governador Carlos
352 Massa Ratinho Junior, Ministério Público e CEDI/PR para discutir a pauta “Implantação da
353 Delegacia do Idoso”. Encaminhado também o ofício nº 044/2022-CEDI/PR a fim de reiterar
354 o pedido de reunião com o Governador do Estado e o Secretário de Segurança Pública,
355 bem como envio do ofício nº 045/2022-CEDI/PR ao Estado de SC, para participar na
356 plenária do CEDI e trazer a experiência da implantação e funcionamento da Delegacia da

357 Pessoa Idosa no Estado. Encaminhado Ofício nº 046/2022-Cedi/PR aos Conselhos
358 Estaduais dos Direitos da Pessoa Idosa do Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina
359 requerendo informações sobre a existência e o funcionamento de delegacias nos
360 respectivos Estados. Tendo em vista as mudanças ocorridas na ALEP no corrente ano, foi
361 realizada a expedição do ofício 009/2023, ao Deputado Cobra Repórter, presidente da
362 CEPI, no dia 06/03/2023 com o histórico da pauta, bem como a expedição do ofício
363 013/2023 ao Delegado Marques (SESP). No aguardo da resposta dos ofícios. Reunião
364 realizada em 28/03/2023 na ALEP com o presidente da CEPI o Deputado Cobra Repórter,
365 Dra. Rosana Bevervanço (MP), presidente do CEDI Jorge Nei Neves, o colaborador Sr.
366 Urandy e Adriana (Coordenadora da Política da Pessoa Idosa), para abordagem do tema.
367 O Deputado Cobra Repórter e sua assessoria se comprometeram em auxiliar na data
368 dessa audiência. No dia 12/06/2023 foram reiterados os Ofícios e até o momento não
369 houve retorno. No evento solene que ocorreu no dia 14/06/2023 na ALEP, o Presidente
370 Jorge e a Dra. Rosana reforçaram a cobrança sobre a necessidade da celeridade na
371 resolução da implantação da delegacia do idoso com o comprometimento efetivo dos
372 parlamentares. Foram reiterados os ofícios tanto para o Governador, bem como para a
373 CEPI, com intuito de agendar reunião para tratativa da implementação da delegacia do
374 idoso, sem retorno até o momento. **Parecer da Comissão: Ciente. Parecer do CEDI:
375 Ciente. Considerando o histórico acima, foi aprovado em plenária a reunião da
376 Comissão de Políticas Públicas e Comunicação para ratificar o entendimento do
377 CEDI sobre a Delegacia Especializada da Pessoa Idosa e encaminhar ofício ao
378 Governador com esse entendimento, para providências. 2.2 – Regulamentação da
379 Lei Estadual de gratuidade ou desconto no transporte coletivo intermunicipal às
380 pessoas idosas. Protocolo nº 16.047.547-1. Relato: A Lei foi oficialmente sancionada,
381 recebendo a numeração 21.685/2023. Seu lançamento foi comemorado no evento “Paraná
382 Amigo da Pessoa Idosa”, realizado no dia 03 de outubro de 2023. As empresas de
383 transporte, conforme a lei, possuem 90 dias para adequação e execução do contido na
384 norma. **Parecer da Comissão: Ciente. Parecer do CEDI: A Coordenação da Política da
385 Pessoa Idosa verificará junto a Assessoria Técnica o Decreto de Regulamentação da
386 referida lei e dará ciência ao Cedi/PR. Ciente. 3 – Inclusão de Pauta 3.1 – Protocolo nº
387 21.118.681-0. Trata de solicitação de informações relacionadas às pautas referentes
388 aos direitos da mulher que estão atualmente em discussão no âmbito do Conselho
389 Estadual dos Direitos do Idoso do Paraná. Relato: O protocolo supracitado foi
390 encaminhado pela presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Mariana Neris,
391 solicitando via ofício nº 057/2023 as seguintes informações: 1. Uma lista das pautas
392 relacionadas aos direitos das mulheres que estão atualmente em discussão no Conselho
393 Estadual dos Direitos do Idoso. 2. O calendário das reuniões do Conselho Estadual dos
394 Direitos do Idoso, incluindo datas, horários e locais, para que possamos considerar a
395 participação de representantes do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher. 3.
396 Informações sobre como o Conselho Estadual dos Direitos do Idoso aborda a política da****

397 mulher em seu plano estadual. Expõe ainda no ofício a intenção de manter uma
398 colaboração e diálogo entre conselhos, para fortalecer os esforços e garantir a equidade
399 entre homens e mulheres e a proteção dos direitos das mulheres na sociedade. **Parecer**
400 **da Comissão:** A comissão deliberou pela seguinte resposta ao ofício encaminhado pela
401 Presidente: “O II Plano Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa em vigência contempla a
402 diversidade do processo de envelhecimento, considerando gênero, situação econômica,
403 crenças, dentre outros aspectos. Consideramos importante a interface com outros
404 Conselhos de garantia de direitos, partindo do princípio de que a temática da pessoa idosa
405 é transversal, intersetorial e interdisciplinar. Conforme as demandas vão sendo pautadas
406 pelo Colegiado, não somente o tema solicitado, mas outros vão sendo deliberados
407 enquanto prerrogativa de promoção, defesa e garantia de direitos da pessoa idosa. As
408 deliberações de repasses fundo a fundo também são orientadas na perspectiva de que os
409 CMDPIs e órgãos gestores deliberem ações que considerem necessárias, dentre elas a
410 promoção de ações na garantia de direitos da mulher idosa. O calendário de reuniões
411 solicitado será encaminhado ao CEDM/PR, tal como a cópia do II Plano Estadual dos
412 Direitos da Pessoa Idosa.” **Parecer do CEDI: Aprovado parecer da Comissão. 3.2 –**
413 **Central Judicial da Pessoa Idosa. Relato:** A comissão deliberou pela necessidade de
414 acompanhamento, enquanto pauta permanente, do monitoramento da implementação da
415 Central Judicial da Pessoa Idosa, conforme divulgação realizada no evento no Palácio
416 Iguaçu, alusivo ao Dia Nacional e Internacional da Pessoa Idosa. **Parecer da Comissão:**
417 **Aprovado. Parecer do CEDI: Aprovado. 7.3 Comissão de Normas e Fiscalização; 1–**
418 **Pauta Permanente–** Acompanhamento e pendências de reuniões anteriores: **1.1 -**
419 **Relatório Mensal do Disque Idoso PR; Relato:** No período de agosto foram recebidas
420 275 denúncias e 34 orientações e 310 informações, totalizando 619 atendimentos. No mês
421 de setembro foram recebidas 245 denúncias, 53 orientações e 287 informações,
422 totalizando 585 atendimentos.

Registros de Denúncias (NEI) - ET - BR - 23												
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	N O V	D E Z	Total de de denúncias
405	235	342	206	196	170	224	275	245				2298
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	N O V	D E Z	Total de atendimentos
35+10	58+3	90+1	66+20	76+45	139+2	59+287	34+31	53+287				2.551

5=140	46=404	51=241	3=269	=121	07=346	=346	0=344	=340			
JANEIRO – SETEMBRO/2023											
Denúncias						2298 (com 9.731 tipificações de violências)					
Orientações e Informações						610+1.941 = 2.551					
Total de atendimentos: 4.849											
Principais Violações Contra a Pessoa Idosa – PR – Agosto – Setembro/2023											
1°		Violência Verbal e Psicológica									
2°		Negligência									
3°		Violência Patrimonial e Financeira									
4°		Agressão Física									
5°		Abandono									

423 **Parecer da Comissão:** Ciente **Parecer do CEDI:** Os dados do Disque Idoso Paraná foram
424 atualizados tendo em vista a inclusão de todas as denúncias e atendimentos pendentes,
425 inclusive do período de transição de gestão (meses de janeiro a abril do corrente).
426 Considerar na pauta da implantação da Delegacia Especializada da Pessoa Idosa, na
427 Comissão de Políticas Públicas e Comunicação, os dados do Disque Idoso Paraná. Ciente.
428 **1. 2 - Relatório do uso do carro do CEDI.** No mês de Agosto: O carro foi utilizado no
429 Jogos de Integração do Idoso – que ocorreu em Guaratuba nos dias 28/08 a 01/09/2023.
430 **No mês de Setembro:** O carro foi utilizado para transporte de materiais no Seminário da
431 Rede da Cidade Amiga da Pessoa Idosa e Idheaton no dia 13/09 no percurso da Semipi
432 até o Colégio Estadual do Paraná onde ocorreu o evento. Em caráter excepcional foi
433 utilizado no curso de Smartphone na cidade de Cascavel (dias 19 a 21/09) e em Maringá
434 (17 a 20/10) para os cursos de smartphone e Paraná Rosa em Ação com mulheres idosas,
435 pelo técnico da Coordenação, Eduardo Araújo. Utilizado ainda na reunião ampliada do
436 Cedi em Caiobá (Litoral) e no Encontro Paranaense das Unatis, no período de 25 a 28/09.
437 A quilometragem total do uso do carro está em 40.891. **Parecer da Comissão:** Ciente,
438 **com inclusão dos registros de excepcionalidade. Parecer do CEDI:** Foram
439 **apresentados os registros fotográficos, listas de presenças que comprovaram as**
440 **atividades citadas. Ciente. 7. 4 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos**
441 **Municipais. 3 – Inclusão de Pauta: 3. 1 - Ofício nº 2.130/2023. Denúncia recebida por**
442 **meio do Disque Idoso Paraná (Protocolo nº 4051/23), a qual versa sobre atendimento**

443 **inadequado contra as pessoas idosas residentes do município de Itaperuçu/PR.**
444 **Relato:** Foi recebida a seguinte denúncia pelo Disque Idoso Paraná: “O demandante relata
445 que o público beneficiado pelas atividades e ações do município, aprovadas pelo Conselho
446 Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa não inclui a todas as pessoas idosas. Apenas um
447 grupo seleta que participa das atividades, segundo o idoso. Enfatizou que o presidente do
448 CMDPI é jovem e sem preparo, não gosta dos idosos e não os trata bem. Sem mais
449 informações”. O denunciante tem 63 anos. **Parecer da Comissão:** Aprovado. Comissão
450 aprova uma visita de orientação ao CMDPI de Itaperuçu, com a participação do presidente
451 e da vice-presidente, além dos conselheiros da comissão que tiverem possibilidade de
452 comparecimento. **Parecer do CEDI:** **Aprovado.** **8. Informes dos Conselheiros e**
453 **Colaboradores.** Conselheira Bernadete. fala sobre reunião plenária 19 e 20 em Brasília.
454 Substituição da secretaria executiva, nomeada Eliane Magalhães Graça. Recomendação
455 sobre regulamentação dos conselhos municipais e estaduais para receber recursos do
456 fundo nacional em caso de desastres climáticos. Comissões de trabalho aprovado.
457 Calendário de reuniões para 2024 aprovado. Professor Maia Faz uma fala sobre a reunião
458 descentralizada e sobre o encontro das UNATIS foram importantes e magníficos. Fala
459 sobre a palestra da Adriana no evento que todos da UNATI gostou muito da fala.
460 Conselheira Bernadete pede a palavra para agradecer o professor Maia sobre a entrevista
461 a TV referente aos 20 anos do estatuto. A conselheira foi convidada para fazer capacitação
462 na app sindicato. A presente ATA foi redigida pela Secretária Executiva Cristina e pela
463 secretária executiva “Ad hoc” Nancy Regina Shen.

464